

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163741 - RS (2019/0037534-9)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
FUNCEF**

**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -
DF011694
DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184
LEANDRO PITREZ CASADO E OUTRO(S) -
RS053911
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
MARIA CORADO NOGUEIRA - DF046436**

AGRAVADO : VLADimir DA SILVA COMIN

**ADVOGADOS : TAINÁ ZIMMERMANN RAMAYANA MENDES -
RS072484
LOURENCO OSTERMAYER DINIZ DA COSTA -
RS065468**

INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**ADVOGADOS : ALBERTO BOHNEN FILHO - RS028150
FABIO RADIN E OUTRO(S) - RS053690
BIANCA ZOEHLER BAUMGART CRESTANI -
RS065698**

**SUSCITADO : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TRAMANDAÍ
- RS**

**SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CAPÃO DA
CANOA - SJ/RS**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCORPORAÇÃO DO COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE (CTVA) NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CEF E FUNCEF. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PEDIDOS.

1. Causa de pedir e pedido que não se limitam exclusivamente a questões previdenciárias, dependendo da discussão preliminar de matéria atinente à relação de trabalho.

2. Compete à Justiça do Trabalho, dentro dos seus limites, a apreciação e o julgamento da controvérsia, nada impedindo o ajuizamento, se for o caso, de ação própria futura perante a Justiça Comum exclusivamente contra a entidade de previdência privada. Precedentes.

3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça se manifestar a respeito de supostas violações de dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo,

Superior Tribunal de Justiça

Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 01 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

